

ESTUDO

001/2024

Uma Proposta de Mensuração do Custo-Brasil para Ente Subnacional

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

Diretoria-Executiva

Erik Alencar de Figueiredo

Assessoria-Executiva

Alex Felipe Rodrigues Lima

Superintendência de Estudos e Projeções Macroeconômicas

Sávio Luan da Costa Oliveira

Superintendência de Estudos Sociais e Ambientais

Evelyn de Castro Cruvinel

Superintendência de Inteligência de Dados e Geotecnologias

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Equipe técnica (em ordem alfabética)

Alex Felipe Rodrigues Lima

Érica Basílio Tavares Ramos

Erik Alencar de Figueiredo

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Evânio Marques de Souza Junior

Evelyn de Castro Cruvinel

Pedro Rafael Lopes Fernandes

Sávio Luan da Costa Oliveira

Capa: Ricceli Alencar Cardoso

Revisão: Ana Luíza de Souza Pereira Carvalho

FICHA CATALOGRÁFICA

Todos os direitos deste trabalho reservados ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica), Setor Central (Antiga Chefatura de Polícia), Goiânia – GO.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IMB.

E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do IMB estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: www.imb.go.gov.br

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Lima, A. F. R.; Ramos, E. B. T.; Alencar, E. A.; Oliveira, E. N. F.; Souza Júnior, E. M.; Cruvinel, E. C.; Fernandes, P. R. L.; Oliveira, S. L. C.

Uma proposta de mensuração do Custo-Brasil para ente subnacional: O caso do Estado de Goiás - Março 2024. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), 2024.

Índices para catálogo sistemático:

1. Custo-Brasil
2. Ente subnacional
3. Liberdade econômica

Uma Proposta de Mensuração do Custo-Brasil para Ente Subnacional: O Caso do Estado de Goiás

Síntese

- ✓ O Instituto Mauro Borges (IMB) inova ao calcular o Custo-Brasil em nível estadual;
- ✓ Com a iniciativa será possível identificar os elementos do Custo-Brasil passíveis de atuação dos entes federados;
- ✓ O Estado de Goiás possuía um custo superior à média brasileira em 2018. O Custo-Brasil em Goiás correspondia a 24,49% do Produto Interno Bruto (PIB) naquele ano, contra 23,57% na média brasileira;
- ✓ A partir de 2019, o Custo-Brasil em Goiás entrou em uma trajetória descendente, atingindo 20,78% do PIB em 2022, valor que corresponde a um recuo de 3,51 pontos percentuais (pp) no período de 4 anos;
- ✓ Em valores, no ano de 2022, essa redução de custos beneficiou a economia goiana em cerca de R\$ 11 bilhões;
- ✓ Os principais avanços, em termos de redução do custo como percentual do PIB, foram registrados nas dimensões encargos trabalhistas (-0,74 p.p); telecomunicação (-0,67 p.p); custo da informalidade (-0,62 p.p); saneamento (-0,52 p.p.) e violência (-0,49 p.p);
- ✓ Por fim, as políticas do Programa de Liberdade Econômica Estadual visam acelerar o processo de redução do custo de produção em Goiás, uma vez que o escopo do programa pode atingir custos na ordem de R\$ 40 bilhões.

1. Introdução

A expressão “Custo-Brasil” costuma representar uma série de ineficiências geradas pelo excesso de regulações e legislações, além da baixa qualidade do provimento de bens públicos. Esses elementos costumam dificultar a livre iniciativa, deteriorando o ambiente de negócios e, com isso, onerando os bens e os serviços produzidos em nosso país. Estimativas do Movimento Brasil Competitivo (MBC) indicam que o Custo-Brasil corresponde a cerca de 20,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em valores de 2022, isso equivale a R\$ 2,03 trilhões.

Diante disso, ***esse estudo inova ao identificar os elementos do Custo-Brasil passíveis de atuação dos entes federados, em particular os Estados.*** Essa identificação permitirá a construção de um conjunto de políticas públicas estaduais visando contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. Tomando como base o MBC (2022), observou-se que há custos com alta interferência do governo Federal e do judiciário, como por exemplo, os encargos trabalhistas elevados e a alta judicialização e risco trabalhista, respectivamente.

Contudo, há uma elevada parcela desses custos que podem ser minorados a partir de políticas estaduais. Em particular, constatou-se que boa parte do custo de produzir é passível de atuação de políticas públicas estaduais.

Isso **não significa que essa parcela é exclusiva dos estados.** Isso implica dizer que há elementos nesta parcela que podem ser afetados por políticas estaduais.

Um exemplo pode auxiliar no entendimento. O início de um ciclo de vida de uma empresa é estabelecido a partir do processo de abertura. Nesse processo, identificam-se dois riscos: o elevado custo e a demora para a abertura. Esses custos representam cerca de 0,25% do PIB, ou cerca de R\$ 25 bilhões por ano para as empresas brasileiras. O estado pode a partir de processo de digitalização e leis de liberdade econômica, reduzir drasticamente esse entrave ao nascimento dos negócios.

Ao se concentrar nos dados para Goiás, foram identificados os fatores que mais influenciam no ambiente de negócios estadual e, com base nesse diagnóstico, foram propostas soluções criativas para ampliar a vantagem comparativa do estado. Foi nesse espírito que nasceu a ideia do Programa Estadual de Liberdade Econômica.

Os cálculos apresentados no decorrer desta nota indicam que o Custo-Brasil em Goiás corresponde a 20,78% do PIB em 2022, ou R\$ 63 bilhões. As políticas de atenuação desses custos serão discutidas brevemente ao longo da nota.

Além dessa introdução, essa nota possui seis seções. A seção dois faz uma breve síntese sobre o Custo-Brasil, ancorada na metodologia proposta pelo MBC (2023). Em seguida, na seção três, são discutidas as ações de política pública estaduais que podem atenuar

o Custo-Brasil. O cálculo do Custo-Brasil em Goiás também é apresentado. Uma vez que as ações de minoração de custos impactam o bem-estar da população, faz necessária a apresentação de uma síntese dos indicadores atuais do estado, de forma a se tornar um elemento de comparação futura. Optou-se, porém, por considerar os indicadores de crescimento inclusivo da OCDE.

Aqui registra-se mais uma inovação do estudo, ao considerar as estatísticas goianas inseridas em meio às melhores práticas internacionais. A seção cinco dedica-se a apresentação do Programa Estadual de Liberdade Econômica, uma agenda ampla e multissetorial que surgiu como uma resposta à população goiana diante do desafio de manter a vantagem produtiva do estado em meio às intensas transformações econômicas registradas nos anos recentes. A seção seis conclui o estudo.

2. O Custo-Brasil e o Consequente Ambiente Hostil ao Empreendimento

a. Diagnóstico

Exemplos do ambiente hostil ao empreendimento privado podem ser encontrados em diversas estatísticas produzidas por organismos nacionais e internacionais, dentre eles:

- (a) O Brasil ocupa a posição 124, dentre 190 países no *Doing Business*, do Banco Mundial. Isso implica dizer que o país possui uma das piores regulamentações aplicadas às empresas privadas no mundo;¹
- (b) Somos o 47º país dentre 49 nações incluídas no Indicador *Product Market Regulation*, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que se refere a um conjunto de indicadores que mensuram as barreiras regulatórias à atividade econômica;²
- (c) Ocupamos a última posição 141 entre 141 avaliados na dimensão de fardo regulatório do *Global Competitiveness Index*, do Fórum Econômico Mundial;³
- (d) Só estamos à frente de quatro países, 60º entre 64, no Anuário de Competitividade Mundial do *International Institute for Management Development*, que avalia a eficiência dos negócios e do governo, além do desempenho econômico do país.⁴

b. Estratégia de cálculo

Em nível nacional, a iniciativa de grande destaque de mensuração do Custo-Brasil é do antigo Ministério da Economia em parceria com o Movimento Brasil Competitivo, ainda em 2019. O estudo examinou os principais obstáculos à competitividade das empresas brasileiras, considerando o ciclo de vida das empresas e identificando indicadores em 12 áreas cruciais.

A estratégia adotada foi comparar o custo de produção no Brasil com a média dos países da OCDE e, conseqüentemente, mapear o peso relativo dos diferentes elementos do Custo-Brasil.

Mais recentemente, em 2023, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços com apoio do *Boston Consulting Group*, lançou um novo estudo sobre o custo Brasil. Neste caso, se trata basicamente de uma atualização da metodologia anterior.

Diante desse contexto, o IMB propõe uma metodologia para mensurar o custo de produção em nível subnacional. Esta estratégia teve o objetivo de i) regionalizar os

¹ Relatório disponível em: <<https://archive.doingbusiness.org/pt/reports/global-reports/doing-business-2020>>.

² Ver: Baumann, Libanio, Iasco-Pereira, Soares, Pereira e Desiderá Neto (2023).

³ Detalhes podem ser encontrados no site :

<https://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf>.

⁴ Relatório pode ser acessado em: <<https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/>>

indicadores sugeridos no estudo anterior e *ii*) expandir para outras áreas temáticas, como a Segurança Pública.

Assim, esta pesquisa proporciona *insights* aos governantes estaduais sobre os principais elementos que afetam sobremaneira a competitividade no Brasil, com uma abordagem focada em nível subnacional e destacando áreas em que o Poder Executivo Estadual pode agir.

c. Eixos adotados

A metodologia proposta consistiu em subdividir o custo da ineficiência e da elevada regulação para a sociedade em um total de onze eixos. São eles: (1) *Abrir um negócio*; (2) *Financiar um negócio*; (3) *Integrar com cadeias produtivas globais*; (4) *Honrar tributos*; (5) *Ambiente jurídico-regulatório eficaz*; (6) *Empregar capital humano*; (7) *Dispor de infraestrutura*; (8) *Acessar insumos básicos*; (9) *Competir e ser desafiado de forma justa*; (10) *Reinvenção do negócio*; e, (11) *Segurança*.

Dentro desses 11 eixos, foram avaliadas 23 dimensões, cada uma delas comparada com um ponto de referência: a média desses indicadores na OCDE. A discrepância entre cada dimensão calculada e sua contraparte na OCDE é vista como um "excesso" e contabilizada como parte do Custo-Brasil.⁵

d. Exemplo

As empresas brasileiras levam 8 dias a mais do que a média da OCDE para oficializar a abertura do seu negócio. Esse diferencial é convertido em valores nominais (em Reais) e, no final, a soma de cada um desses elementos corresponderá ao Custo-Brasil total.

e. Resultados

Primeiramente, vale ressaltar que, por uma questão de clareza, os resultados serão apresentados em termos de proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Isso permitirá a comparação dos resultados.

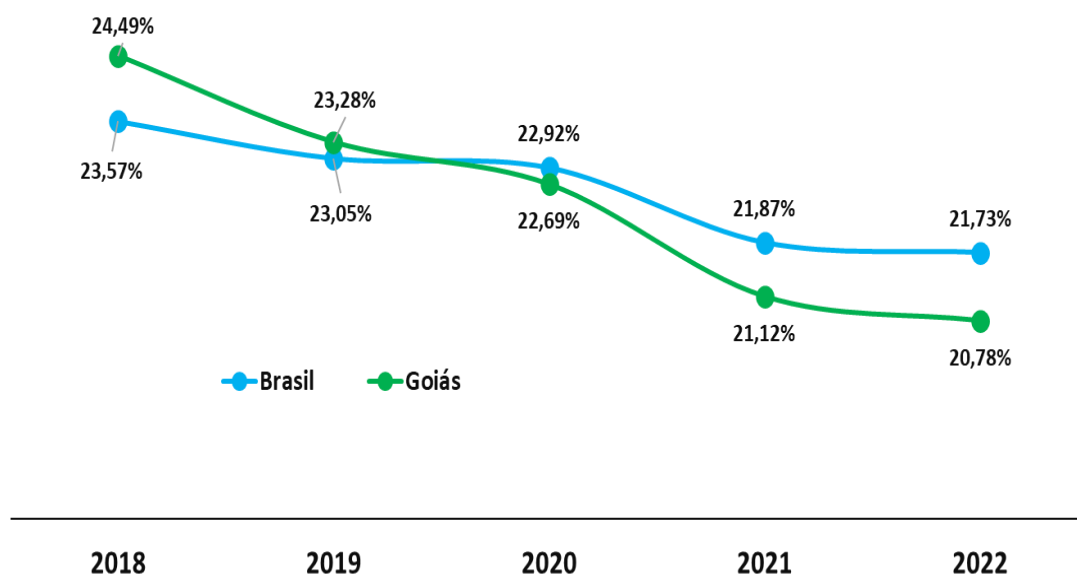
Desse modo, a Figura 1 apresenta as estimativas realizadas para o período de 2018 a 2022 referentes ao Custo-Brasil como percentual do PIB para o Brasil e Goiás. Os resultados revelam uma expressiva queda desta razão, da ordem de 15%, o que representa sair de 24,49% do PIB em 2018 para o patamar de 20,78% em 2022. Ainda, cabe observar que a redução para o Brasil foi da ordem de 7% no mesmo período. Isso, considerando as mesmas 23 dimensões calculadas para Goiás.

Outro aspecto relevante é o impacto na economia que a sociedade goiana experimentou devido à redução do excesso do custo de produção em Goiás. Em outras palavras, se o

⁵ Dentre todas as dimensões consideradas, apenas 2 não possuem referência na OCDE: custo da segurança privada relativo aos seguros e o custo da segurança privada relativo às empresas de segurança

percentual de 2018 tivesse sido mantido, o valor total da produção em Goiás em 2022 teria sido R\$ 11 bilhões menor, aproximadamente.

Figura 1: Custo Goiás e Custo Brasil em proporção ao PIB entre 2018 e 2022



Fonte: IMB.

A Tabela 1 sintetiza o principal resultado do custo de produzir em Goiás e a média brasileira. As principais reduções em Goiás foram registradas nas dimensões encargos trabalhistas (-0,74 p.p), Telecomunicação (-0,67 p.p), Custo da informalidade (-0,62 p.p), Saneamento (-0,52 p.p.) e violência (-0,49 p.p). Em relação ao Brasil, destacam-se como maiores reduções as dimensões Encargos trabalhistas (-0,52 p.p.), Telecomunicações (-0,46 p.p.), Custo da informalidade (-0,38 p.p) e Complexidade tributária (-0,28 p.p.).

Por outro lado, os maiores desafios podem ser representados pelas dimensões que tiveram o seu custo elevado ao longo do período analisado. Em Goiás, pode-se citar as dimensões Habilidades da força de trabalho (0,45 p.p.), Capacidade de inovação (0,32p.p.) e Carga tributária elevada (0,28p.p.) No caso do Brasil, as mesmas três dimensões foram as que mais se elevaram no período, mas em 0,45, 0,33 e 0,15 p.p., respectivamente.

Tabela 1 - Custo excessivo em relação à OCDE como percentual do PIB

Eixo	Dimensão	Goiás			Brasil		
		2018	2022	Diferença	2018	2022	Diferença
Abrir um negócio	Custo em abrir um negócio	0,04	0,05	0,01	0,03	0,04	0,01
Financiar um negócio	Custo de capital	0,99	0,97	-0,02	1,00	0,94	-0,05
Integrar com cadeias produtivas globais	Ganho de produtividade da abertura	1,06	1,06	0,00	1,06	1,06	0,00
Honrar tributos	Complexidade tributária	0,89	0,56	-0,34	0,84	0,56	-0,28
	Carga tributária elevada	2,36	2,64	0,28	2,52	2,67	0,15
	Resíduo tributário exportações	3,46	2,84	-0,62	3,22	2,84	-0,38
	Custo da informalidade	0,24	0,24	0,00	0,24	0,24	0,00
Ambiente jurídico-regulatório eficaz	Agilidade do <i>enforcement</i> legal	1,88	1,52	-0,37	1,75	1,52	-0,24
Empregar capital humano	Encargos trabalhistas	3,52	2,78	-0,74	3,45	2,93	-0,52
	Habilidades da força de trabalho	0,92	1,37	0,45	0,92	1,37	0,45
	Risco Trabalhista	0,37	0,32	-0,05	0,27	0,30	0,03
	Seguro desemprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponer de infraestrutura	Telecomunicação	0,81	0,14	-0,67	0,90	0,44	-0,46
	Saneamento	2,14	1,63	-0,52	2,41	2,14	-0,27
	Custo Logístico	1,80	1,80	0,00	1,80	1,80	0,00
Acessar insumos básicos	Energia Elétrica - Total	0,37	0,00	-0,37	0,23	0,00	-0,23
Competir e ser desafiado de forma justa	Interferência estatal excessiva	0,87	0,87	0,00	0,87	0,87	0,00
	Limitações à entrada de investimento direto estrangeiro	0,02	0,02	0,00	0,02	0,02	0,00
Reinventar o negócio	Capacidade de inovação	0,67	0,99	0,32	0,67	1,00	0,33
Segurança	Salários perdidos	0,93	0,44	-0,49	0,58	0,36	-0,21
	Custo da segurança pública	0,43	0,00	-0,43	0,04	0,00	-0,04
	Custo dos seguros - prêmios	0,25	0,26	0,01	0,25	0,27	0,02
	Faturamento empresas segurança	0,47	0,31	-0,16	0,52	0,36	-0,15
Total		24,49	20,78	-3,71	20,57	21,73	-1,85

Nota: elaborado pelo IMB

3. Políticas Públicas Estaduais e o Custo-Brasil

Como já ressaltado, o **Custo-Brasil** se refere a um conjunto de dificuldades estruturais que atrapalham o crescimento do país, influenciando **negativamente** o ambiente de negócios.

Dito isso, a pergunta central desta seção é: ***Há como reduzir o Custo-Brasil a partir de uma estratégia estadual?*** A resposta é SIM! Para tanto, é preciso lançar mão de uma estratégia inovadora no âmbito estadual.

a. OCDE

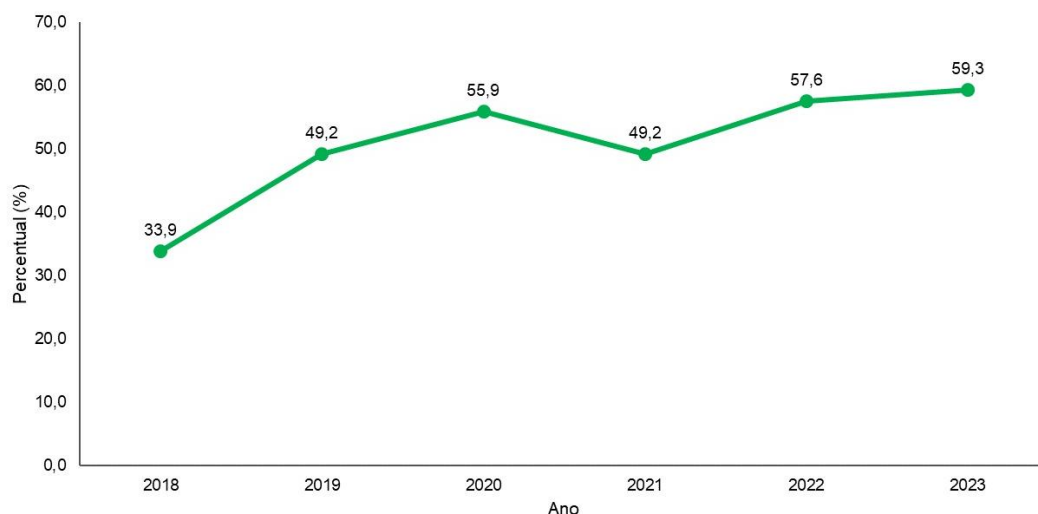
Diversos indicadores sociais podem ser afetados pelas práticas de redução do custo Brasil. O IMB, em breve, divulgará um estudo relacionando os desempenhos dos indicadores goianos com o brasileiro e a OCDE. Como já mencionado na seção 2, o Brasil ocupa a 47ª posição dentre 49 nações incluídas na análise.

Os indicadores de Goiás serão incluídos numa publicação posterior para possibilitar a comparação do nível de bem-estar da população goiana com a média brasileira e a dos países desenvolvidos. É claro que existem várias limitações associadas ao tratamento de estatísticas de um estado em um contexto internacional. No entanto, conseguimos compilar mais de 45 indicadores e, com isso, realizar comparações dos desempenhos ao longo dos últimos anos.⁶

De maneira bem resumida, a Figura 2 revela que em mais de 59% dos indicadores, o desempenho de Goiás foi superior ao do Brasil. Isso reforça o que o Governador Ronaldo Caiado disse em uma entrevista coletiva realizada em dezembro de 2023:

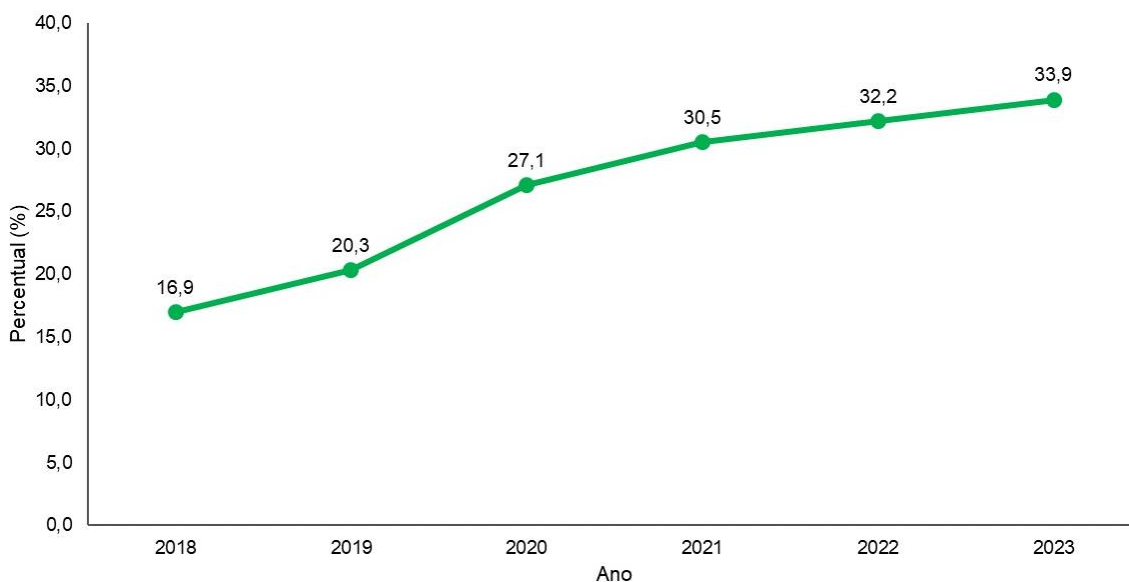
"Em Goiás, não utilizaremos mais metas do governo federal; a partir de agora, teremos como parâmetro os índices da OCDE". Ronaldo Caiado, Governador do Estado de Goiás

⁶ A fontes de informação utilizadas são: Ranking dos Estados, Ipea, OCDE, entre outros

Figura 2: Percentual (%) de indicadores goianos que estão em melhor situação do que o Brasil

Fonte: IMB.

Na comparação com a média dos países da OCDE, fica claro na Figura 3 o progresso do desempenho dos indicadores em Goiás, com o resultado aumentando de 16,9% para 33,9% ao longo de um período de 5 anos.

Figura 3: Percentual (%) de indicadores goianos que estão em melhor situação do que a OCDE

Fonte: IMB.

b. Programa Estadual de Liberdade Econômica

i. Contexto

A economia goiana vem acumulando bons resultados nos últimos anos. Após um crescimento de 6,6% em 2022, os dados acumulados até o fechamento do terceiro trimestre de 2023, já sinalizam que, possivelmente, encerraremos o ano com uma taxa de crescimento superior a 5%.

Como um reflexo dessa dinâmica, o Estado de Goiás vem registrando recordes de geração do emprego, atingindo o maior nível de ocupação da série histórica e, pelo terceiro trimestre consecutivo, apresentou uma média da renda do trabalho superior à renda média nacional, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse círculo virtuoso da economia goiana demanda ações visando à sua continuidade. É nesse espírito que lançamos o Programa Estadual de Liberdade Econômica. Trata-se de uma série de políticas públicas com custo fiscal zero. Iniciativas voltadas para a revisão de normas regulatórias e burocracias estatais, visando a melhora no ambiente de negócios de Goiás. A direção está posta: a liberdade econômica como motor do desenvolvimento do estado.

O sucesso desse tipo de política já é bem documentado na literatura internacional. O relatório do *Doing Business* do Banco Mundial,⁷ descontinuado em 2020, reúne as principais ações e avaliação das medidas pró-mercado sobre as economias mundiais. É emblemático o caso da Austrália que, ao adotar medidas voltadas para o “*direito de empreender*”, conseguiu alavancar o seu Produto Interno Bruto (PIB), passando mais de 29 anos sem registrar uma única recessão.

No Brasil, o maior exemplo de sucesso das reformas microeconômicas voltadas para a liberdade do mercado foi registrado no âmbito trabalhista. A flexibilização das relações de trabalho, iniciada com a reforma trabalhista de 2017, permitiu a redução expressiva nos custos e a criação de novas oportunidades de ocupação.

Os exemplos são diversos, a introdução da sucumbência – ou seja, a exigência de que parte perdedora deve ressarcir a vencedora no processo trabalhista –, possibilitou uma queda de mais 30% nas ações trabalhistas e, segundo estimativas presentes na literatura, contribuiu para uma redução de 1,7 ponto percentual (pp) na taxa de desemprego.

Mudanças, quase imperceptíveis, foram introduzidas a partir de 2019, dentre elas, as modificações e revogações de 29 das Normas Regulamentadoras (NRs) e da consolidação das normativas infralegais, em que, mais de 1.100 atos foram simplificados e sintetizados em apenas 15. São exemplos desses atos, a eliminação de exigências cartoriais, adoção de ferramentas eletrônicas, harmonização da atuação da inspeção do trabalho no território

⁷ Ver: <https://archive.doingbusiness.org/en/doingbusiness>.

nacional, e, a agora questionada pela atual gestão do governo federal, objetivação dos critérios para concessões de autorizações para os trabalhos em dias de domingo e feriados.

Há pouca evidência empírica relacionada às reformas microeconômicas implementadas pelo governo federal no mercado de trabalho entre 2019-2022. Contudo, um número chama atenção. Em um estudo que avaliou os efeitos da reforma trabalhista no Brasil, os autores estimaram um cenário otimista para a evolução da população ocupada. Seus resultados indicaram que, se tudo desse certo, chegaríamos a 2028 com 98 mil com ocupação. Como já informado no início do artigo, no final de 2022, portanto, 6 anos antes dessa data, já havíamos registrado mais 99 mil pessoas ocupadas. Isso indica que aconteceu algo de diferente no pós-reforma trabalhista. Algo no sentido da flexibilização das relações de trabalho, da liberdade do indivíduo decidir a forma ideal de ofertar a sua força de trabalho.

ii. Ações

Essas são as inspirações do Programa Estadual de Liberdade Econômica do estado de Goiás. Uma política pública moderna, que convida os investidores nacionais e internacionais a empreenderem no estado. Muito além de um conjunto de medidas, a iniciativa do governo do estado abre um canal direto com a iniciativa privada, convidando-os a debater os principais entraves burocráticos enfrentados pelo setor produtivo.

As estimativas apresentadas até aqui sugerem que as medidas pertencentes ao Programa Estadual de Liberdade Econômica têm o potencial de reduzir custos para o setor produtivo na ordem de R\$ 19 bilhões (aproximadamente 7% do PIB goiano em valores de 2022).

Algumas medidas já estão em fase de conclusão. A principal delas é a Lei de Liberdade Econômica (LLE) do estado. Em síntese, a lei institui a permissão para desenvolver quaisquer atividades econômicas, desde que de baixo risco, sem a necessidade de atos públicos de liberação dessa atividade, observadas as normas de proteção ambiental, o direito real, regulamentações condominiais e a legislação trabalhista. A iniciativa fará de Goiás o estado com maior abrangência da Lei de Liberdade Econômica no Brasil.

A modernização do registro dos bens imóveis rurais removerá um importante trâmite burocrático para a sociedade goiana. A emissão da Localização de Área (LDA), documento requerido pelos Cartórios de Registro de Imóveis, emitido pelo IMB e que atesta a localização geográfica de um imóvel rural, deixará de ser física.

Com isso, não serão mais necessários os deslocamentos entre os órgãos e longo prazo de regularização. Um processo de pelo menos um mês, será reduzido para duas horas, de forma totalmente remota. Isso reduzirá os custos de transação seguindo os moldes da Modernização do Registros Públicos, ainda não implantada no âmbito federal.

Ademais, várias regulamentações serão revisitadas. Áreas como a saneamento básico, energia, transportes, regulação econômica, desestatização, controle da sanidade animal e vegetal, entre outras, estão no foco principal do Programa Estadual de Liberdade Econômica.

Se quer também modernizar o funcionamento da política pública do Estado de Goiás. Seguindo a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o cálculo dos parâmetros do PIB e da Inflação, que podem ser usados para a confecção das leis orçamentárias estaduais, serão realizados pelo IMB, um órgão externo ao que elabora o orçamento. A realidade econômica de Goiás é ímpar e seu orçamento deve ser pautado em parâmetros locais.

Nessa mesma linha de raciocínio, pretende-se desenvolver o resultado fiscal estrutural do estado. Um produto ainda inédito no âmbito subnacional. A ideia central é separar o impacto das oscilações conjunturais da economia sobre as contas públicas da situação fiscal de longo prazo. O resultado dessa medida é fornecer uma avaliação mais precisa da situação fiscal de Goiás, além de verificar impactos de reformas tributárias, permitindo uma melhor análise das políticas fiscais adotadas pelo governo e orientando a definição de metas fiscais mais realistas e sustentáveis no longo prazo.

Os impactos das políticas públicas também poderão ser atestados a partir do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. O objetivo será o de definir os projetos, os programas ou as políticas públicas selecionadas a partir do Plano Plurianual (PPA) que serão avaliadas a cada ciclo, considerando a agenda de prioridades governamentais, o volume orçamentário investido nas iniciativas, a capacidade técnica e financeira dos órgãos governamentais e a disponibilidade de recursos para realização das avaliações.

Outro exemplo se encontra na recente adesão do Estado de Goiás ao Convênio 019/2018 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Essa medida visa beneficiar principalmente pequenos provedores de internet, os quais não podem deter mais de 5% da base total de assinantes, entre outros critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo Estadual.

Vale ressaltar, que a situação atual dessas empresas (quase a totalidade no SIMPLES nacional), impede que elas participem de grandes projetos, seja por falta de comprovação de capacidade ou pelo fato de não ter garantias para acesso ao crédito. Dessa maneira, a adesão ao Convênio não apenas aprimora a oferta e a qualidade dos serviços para a população goiana, mas também desencadeia um ciclo virtuoso no setor, trazendo benefícios abrangentes.

A medida visa proporcionar segurança jurídica para os pequenos provedores em Goiás, incentivando a transição dessas empresas do SIMPLES Nacional para o Lucro Real ou Lucro Presumido. Isso permitirá a expansão dos negócios, aumentando o faturamento e proporcionando maior capacidade de investimento no Estado, inclusive através do acesso a crédito via Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

4. Considerações finais

Toda a agenda apresentada está associada a um calendário de entregas, com diagnósticos e impactos esperados. Para muito além das iniciativas listadas nessa seção, o Programa Estadual de Liberdade Econômica do Estado de Goiás pretende ser o ponto focal para as ideias que venham contribuir com a modernização da política pública do estado. O resultado final será a ampliação da vantagem produtiva de Goiás, com rebatimento direto na elevação do bem-estar de sua população.

O avanço dos estudos sobre o Custo-Brasil em nível subnacional terá um caráter contínuo dentro do instituto. As ações contemplarão a atualização e o aprimoramento da metodologia desenvolvida, assim como a identificação de novos eixos e/ou dimensões a serem incluídas no cálculo final. Avaliações preliminares sinalizam no sentido de incluir temas como os elevados gastos com custas judiciais e licenciamento ambiental, por exemplo.

Referências

Baumann, R.; Libanio, G.; Iasco-Pereira, H.; Soares, F.; Pereira, K. e Desiderá Neto, W. (2023). **Indicadores quantitativos da OCDE e do Brasil: Visão geral do projeto reformas estruturais crescimento inclusivo Aspectos procedimentais do projeto.** Relatório Institucional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

MBC, Movimento Brasil Competitivo (2022). **Programa Custo-Brasil.** Disponível em: <https://www.mbc.org.br/programa-custo-brasil/>.

